

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico – CSE  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

JAQUELINE FERREIRA DE FARIAS  
CONTEXTUALIZANDO FELICIDADE NO MEIO ECONÔMICO

Florianópolis, 2018

**JAQUELINE FERREIRA DE FARIAS**

**CONTEXTUALIZANDO FELICIDADE NO MEIO ECONÔMICO**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber.

FLORIANÓPOLIS, 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 8,0 a aluna JAQUELINE FERREIRA DE FARIAS na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

---

Prof. Jonatan Lautenschlage

---

Me. Lucas Schweitzer

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela dádiva da vida que ele me concedeu e por me fazer confiante em cada obstáculo nessa luta diária da graduação.

Agradeço imensamente aos meus pais, Dirceu Angelo de Farias e Cristiane Ferreira de Farias, por fazerem sempre o possível e impossível para que eu pudesse ter uma vida digna e sem dificuldades. Por todo o apoio, briga e motivação para não me deixarem desistir dessa caminhada que foi regada de desafios pessoais. Por lutarem sempre pelo meu bem e por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço também ao meu amável irmão, Gabriel Ferreira de Farias, por aguentar todas as minhas reações e choros ao longo desses anos. Obrigada por todos os sorrisos e conversas descontraídas que temos nas horas do jantar. Obrigada por me acompanhar em todos os momentos da minha vida e que essa seja mais uma vitória que iremos comemorar juntos.

Agradeço, com meu coração transbordando de amor, ao meu querido namorado, Daniel Vieira Makowiesky, por sempre me incentivar, pelas brigas nos meus momentos de procrastinação e por acompanhar tão de perto essa minha trajetória da graduação. Obrigada pela compreensão e pelo companheirismo de todos os dias. Você é especial demais na minha vida. Agradecimento também muito especial para seus pais que sempre me acolheram e me ajudaram em todas as horas de nervosismo e tensões de provas. Obrigada por torcerem tanto por mim!

Um agradecimento regado de carinho para meus chefes, Sérgio Bucco Junior e Thiago Parizotto, que mesmo na correria dos semestres intermináveis resolveram me efetivar e aceitar os meus horários loucos de trabalho. Obrigada por me tirar da estatística dos desempregados. Obrigada pela compreensão e por me proporcionarem sempre um novo crescimento profissional. Agradeço também a toda equipe BP Promotora de Créditos, obrigada a todos pela companhia de todos os dias.

Agradeço também a minha querida e maravilhosa amiga Kelly Folster, obrigada por ser uma pessoa tão influenciadora na minha vida e por me fazer acreditar mais em mim. Obrigada por todo apoio, colo e ombro amigo, obrigada por me ensinar tanto. Você foi uma benção na minha vida.

A toda minha família, muito obrigada por sempre estarem juntos e por compartilharem de todos os momentos da minha vida. Amo cada um de vocês.

Agradeço ao meu orientador Professor Ronivaldo. Obrigada por aceitar meu convite de orientação e por me proporcionar mais conhecimento durante esse período de graduação.

Por fim, obrigada a todos, de todo o meu coração, por estarem sempre presentes na minha vida de alguma forma.

## RESUMO

Partimos do pressuposto que um dos objetivos de vida de qualquer ser humano é ser feliz. Nas últimas décadas, o tema felicidade entrou de maneira mais profunda na Ciência Econômica, além de ser muito discutido em diversas áreas da ciência, principalmente na psicologia cognitiva, sempre com o mesmo sentido pela busca da satisfação das necessidades, bem-estar e na busca pelo prazer. Todos esses temas interligam na busca humana pela felicidade. Esse trabalho tem como objetivo trazer algumas considerações sobre o tema felicidade vistas por diferentes abordagens e correntes teóricas. Não houve um critério em específico para a escolha desses autores, foi feito de forma aleatória e o que tinham mais a contribuir para o estudo em questão. Ao estudar as teorias econômicas que abordam a felicidade é possível chegar a conclusão que a felicidade é um tema que quanto mais explorado, mais complexo se torna. Quando pensamos em estudar felicidade também precisamos explorar seu desenvolvimento, ações, pressupostos, escolhas e racionalidade. A felicidade é um objetivo que existem diversas formas de buscá-la. Todos são livros para buscar a sua própria felicidade e a felicidade de cada um pode ser definida através de suas expectativas. Na área da economia a felicidade muitas vezes se dá de forma mais ampla, não apenas considerando a felicidade individual, mas também a felicidade coletiva. As realizações humanas com relação à felicidade podem estar ligadas em quem o ser humano se tornou, assim como podem estar ligadas no que ele construiu ou conseguiu, no desenvolvimento de novas habilidades e no desenvolvimento de bens.

**Palavras-chaves:** Economia. Felicidade. Meio econômico.

## ABSTRACT

We start from the assumption that the goals of life of any human being is to be happy. In the last decades, the theme has had a deeper seriousness in Economic Science, besides being much discussed in several areas of science, especially in cognitive psychology, always with the same sense of seeking the needs, well-being in the search for pleasure. All themes interconnect the human search for happiness. This work has made some considerations on the subject happiness perspectives by different approaches and theoretical currents. What is a specific specification for the authors, was made at random and what was most used for the study in question. In studying the theories of policies that approach happiness it is possible to reach the conclusion that happiness is a more sought after, more complex subject becomes. When we think of doing the will, we also need resources, actions, awards, choices and rationality. Happiness is one of the types of search forms. All are books to seek the happiness and happiness of each one. In the area of economics, it often occurs more broadly, less considering individual happiness, but also collective happiness. Human achievements in relation to happiness can be linked to who is human, just as they can be linked to being built or not, without developing new skills and without development of goods.

**Keywords:** Economy. Happiness. Economic environment.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A DEFINIÇÃO DE FELICIDADE .....</b>	<b>12</b>
2.1	A HISTÓRIA DA FELICIDADE.....	13
2.2	A FELICIDADE NA ECONOMIA.....	15
2.3	A FELICIDADE EM BENTHAM .....	15
2.4	ADAM SMITH.....	19
2.5	A FELICIDADE E SOCIALISMO .....	22
2.5.1	ROBERT OWEN .....	23
2.5.2	KARL MARX .....	26
2.6	AMARTYA SEN.....	28
2.7	DANIEL KAHNEMAN .....	30
<b>3</b>	<b>MEINDO A FELICIDADE .....</b>	<b>36</b>
3.1	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) .....	36
3.2	FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB).....	37
<b>4</b>	<b>QUAL O TAMANHO DA FELICIDADE .....</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores objetivos da vida de qualquer ser humano é ser feliz. Muitos tentam descobrir os “segredos da felicidade”. Este tema, que surge já com os filósofos clássicos da Grécia Antiga – Aristóteles e Platão - ainda não apresenta respostas concretas para as questões que nos norteia. As atividades econômicas de produção de bens e serviços não possuem um fim em si próprio, mas, somente tem valor na medida em que contribuem para o surgimento da felicidade humana.

Foi nas últimas décadas que os estudos que envolvem felicidade na Economia surgem de fato como temática alternativa. A explicação para isso se encontra nos questionamentos de alguns economistas a respeito da validade de indicadores estritamente econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), para representar a satisfação com a vida dos cidadãos de um país. O uso da felicidade na economia recebeu influência da psicologia, principalmente no desenvolvimento da área da psicologia cognitiva, que investiga os processos mentais por trás do comportamento humano.

Os estudos desenvolvidos tratam de variáveis como: emoções, sentimento e alcance de objetivos e são, fundamentalmente, empíricos e embasados em pesquisas de opiniões sobre o grau de felicidade em que as pessoas se encontram. Portanto, com as respostas obtidas das pesquisas, é possível realizar uma análise estatística e compreender os fatores responsáveis por determinar alguns indivíduos mais felizes do que os outros. O estudo do comportamento humano pode enriquecer muito o conhecimento sobre a ciência. No campo teórico, pode ser observada a contribuição com a agregação de uma variedade de comportamento individual que levam a uma investigação mais cuidadosa e realista dos fenômenos econômicos e, também, sociais.

O principal objetivo deste trabalho é apresentar considerações sobre o tema felicidade visto por diferentes abordagens e correntes teóricas, na perspectiva de alguns economistas.

Este trabalho apresenta caráter de pesquisa bibliográfico, pois se utilizou de livros, artigos científicos e etc, já elaborados sobre o tema para dar suporte ao seu desenvolvimento. Além disso, “objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, deste modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre este objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores” (CHIZZOTTI, 1995, p. 135).

Será utilizada a pesquisa qualitativa, que conforme Richardson (1999) proporciona uma tentativa de compreensão mais detalhada da significância e das peculiaridades

situacionais do problema em questão, por meio de descrições ricas que, por sua vez, oferecem maior flexibilidade para se adequar as teorias ao fenômeno em estudo.

No segundo capítulo, será abordada a definição de felicidade e suas formas, isto é como ela é definida, de maneira mais abrangente. No terceiro capítulo será feita uma abordagem sobre a história da felicidade, além de como a felicidade é um tema em constante mutação.

No quarto capítulo, sobre Adam Smith, será apresentada a sua história de vida, que mostra uma grande linha de estudo, ao descrever sobre a pobreza e a riqueza das nações e cria, então, as bases para a economia. No entanto, é no seu livro *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), que ele passa a descrever sobre o ser humano, sobre a felicidade e suas formas de solidariedade, apegando-se ao otimismo de um ser humano bom levado a escolher a caridade por empatia. Não obstante, em *A Riqueza das Nações* (1776), Smith relata sobre inutilidade de esperar apenas pela bondade e sobre como o homem sempre estaria interessado no que poderia lhe prover de uma parceria com outro indivíduo também produtor de algo. As necessidades de trocas dos indivíduos, assim como sua vontade de satisfazer algumas necessidades, são colocadas por Adam Smith como elo, entre esses indivíduos visando criar a sociedade e assim fazendo parte dela.

No capítulo seguinte, a respeito de Jeremy Bentham, além de uma breve apresentação sobre sua história, será citado o desenvolvimento da teoria do prazer e da dor, na qual Bentham chama de utilitarista, mas posteriormente renomeada como felicidade. O próprio autor acrescenta em seu trabalho a explicação de como é definida a felicidade. Para Bentham o ser humano está sempre em busca da felicidade ou da ausência de dor, na qual, segundo o autor, existem quatro fontes de prazer ou dor, que são física, moral, política e religiosa.

No capítulo seguinte, sobre felicidade e socialismo, abre-se uma discussão importante sobre os tipos de socialismo e como eles se diferem entre si e em que ponto se cruzam. A felicidade parece um tema simples, mas, de fato, acaba se tornando complexo demais. Neste capítulo a felicidade passa a ser abordada seguindo a visão de alguns pensamentos de economistas que receberam destaque.

No capítulo 7 apresenta-se Robert Owen, famoso por sua abordagem utopista de mundo, que criou uma teoria sobre como deveria ser o mundo moral, em que as crianças precisariam ser ensinadas, desde pequenas, a partir de alguns pressupostos. Ele cria e aplica sua teoria, mas acaba em um fim triste. Owen trabalha em prol da felicidade humana, acreditava que a finalidade da existência humana de desfrutar da felicidade e sua teoria tinham como objetivo a moldura de caráter novo e produzir condições necessárias a produção.

Na seção sobre Karl Marx será relatado um pouco da sua história de vida e as suas teorias. Marx defende a teoria de que a felicidade estava diretamente ligada à capacidade do ser humano de ter acesso aos meios de produção e produzir. Marx apresenta uma visão muito terrível sobre o período da revolução industrial, como as pessoas eram tratadas e como eram, praticamente, escravizadas e miseráveis.

Após um período histórico, a felicidade e o bem-estar, passam a apresentar duas vertentes diferentes, com Amartya Sen em direção à teoria de desenvolvimento como liberdade e com Daniel Kahneman em direção ao entendimento dos funcionamentos da mente humana. Essas duas vertentes também são retratadas neste trabalho, nos capítulos 9 e 10, respectivamente. Amartya Sen surge com a teoria das necessidades de quantificação do bem-estar e da felicidade, enquanto que Daniel Kahneman é contrário a esta ideia, mostrando que a racionalidade humana não era tão concreta e previsível.

Não há, neste trabalho, a intenção de esgotar o tema sobre a busca pela felicidade humana, já que é um tema que deve continuar em eterno desenvolvimento. A busca pela felicidade sempre será um tema em mutação e, a cada mutação, surgirá uma mais atrativa e convidativa a um desenvolvimento mais específico do tema que outro. Assim, buscou-se apreender e compreender um pouco mais a respeito da felicidade e de como esse tema se interliga com a Economia.

## 2 A DEFINIÇÃO DE FELICIDADE

Antes de prosseguir na discussão é necessário fazer alguns questionamentos: o que é felicidade? Como este tema se tornou interesse da Ciência Econômica? O termo felicidade pode ser associado a diversos conceitos e noções. De fato, este termo, "Felicidade" é extremamente subjetivo; podemos analisar a felicidade como um dos temas mais complexos da Ciência Econômica. Como definir o que é felicidade? Como mensurar? Como ter parâmetros para aferir? Como distinguir e analisar?

Felicidade deriva do latim – *felicitate* – e significa qualidade ou estado de ser feliz. Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2000), Felicidade é: 1. Concurso de circunstâncias que causam ventura, 2. Estado da pessoa feliz, 3. Sorte, 4. Ventura Dita, 5. Bom êxito. Para John Gray (TEIXEIRA, 2002) a felicidade é um estado de bem estar, um momento onde o corpo sente-se bem/satisfeito/realizado, isto é, a felicidade também pode ser entendida como uma sensação.

A mais antiga referência de filosofia sobre o termo felicidade é derivada do filósofo grego Tales de Mileto, que designa felicidade como ter um corpo saudável, uma alma com boa formação e ser um indivíduo de sorte. Já para Sócrates, a felicidade não possui uma conexão tão direta com o corpo, a maior importância é dada a estar bem com a alma, propiciado por uma conduta adequada e virtuosa. Para Kant, a felicidade está ligada com os desejos e prazeres, não constitui parte de uma investigação filosófica (ABBAGNANO, 1970, p. 45).

A complexidade do estudo da felicidade está no fato de que, por definição, esta é uma sensação humana e sensações humanas ocorrem em cada indivíduo de forma diferente, ainda que os estímulos sejam exatamente os mesmos. Outro nível de complexidade surge quando se precisa definir quais são os estímulos que levam a sensação de felicidade. Além disso, a complexidade também está em definir como podem ocorrer esses estímulos, quem são os responsáveis por permitir que os estímulos ocorram e quais os resultados desses estímulos. Segundo Pastore (2001), felicidade não é só o sentimento de ser feliz, mas também representa o prazer que os indivíduos sentem de viver, e inclui a sequência cumulativa de experiências que obtém durante a sua vida.

A felicidade, em si, é um tema econômico que pode receber diferentes nomenclaturas, tais como: bem estar, prazer ou capacidades de desenvolvimento. Segundo Marshall (1996, p. 77), a economia é um estudo da humanidade nas atividades correntes da vida e, desta forma, a posição da economia como um estudo da humanidade torna seu

aprendizado indispensável a qualquer indivíduo. Todos os indivíduos, indiscutivelmente, estão fadados a uma busca incansável pela felicidade e, se estamos todos nessa busca, a economia é o meio pelo que pode-se estudar mais a respeito da busca da humanidade pela felicidade.

## 2.1 A HISTÓRIA DA FELICIDADE

Para traçar um resumo histórico da felicidade, tem-se que remontar à antiguidade grega. Demócrito (460 a.C. – 370 a.C.) é considerado o primeiro filósofo a questionar a natureza da felicidade no mundo ocidental (TATARKIEWICZ, 1976). Demócrito avançou com uma visão subjetivista, defendendo que a felicidade não seria apenas resultado de um destino favorável ou de circunstâncias externas, mas sim do modo de pensar do ser humano. Contudo, esta visão não foi partilhada por Sócrates, nem pelo seu pupilo Platão, que se referiram à felicidade como “gozo seguro do que é bom e bonito” (PLATÃO, 1999, p. 80).

No entanto, foi Aristóteles, no séc. IV a.C., que contribuiu de forma mais sólida para o estudo da felicidade. O autor aborda a felicidade como temática central. Aristóteles (1992), afirma que a felicidade é acessível a qualquer pessoa, desde que esta leve uma vida de acordo com as virtudes mais valorizadas. Aristóteles (1992) acreditava que o objetivo da vida seria a eudemonia, uma felicidade ligada a uma conduta virtuosa e reflexão filosófica.

Ainda na antiga Grécia, é importante se referir a Aristipo, discípulo de Sócrates e fundador da escola cirenaica, que avançou com a ideia de que tudo para além do prazer seria irrelevante, sendo a virtude o menos importante de tudo, e que na busca do prazer, não deveria haver restrições (TATARKIEWICZ, 1976). Epicuro (1994), que por vezes é visto como hedônico, explica que a virtude e o prazer seriam interdependentes e que uma vida agradável apenas seria possível se a mesma fosse vivida de forma correta, honrosa e prudente.

Assim, pode-se afirmar que, tanto na antiga Grécia, como mais tarde em Roma, a felicidade e a virtude eram vistas como faces da mesma moeda.

Esta ideia manteve-se durante a Idade Média, sendo que o fator fé foi ganhando maior relevância. A felicidade encontrava-se, agora, não nas mãos do homem, mas, sim, nas mãos de Deus. Deste modo, para atingir felicidade seria necessário viver uma vida de virtude e de devoção religiosa, e caso a felicidade não fosse atingida durante a

vida, esta conduta virtuosa e religiosa de vida garantiria a felicidade eterna (TATARKIEWICZ, 1976).

A abertura da cultura ocidental, em relação à felicidade é bastante recente, sendo que até ao século XVIII era esperado que as pessoas tivessem uma abordagem mais triste da vida, mostrando uma expressão facial correspondente (MCMAHON, 2006).

Esta atitude mudou radicalmente no decorrer do século XVIII. Com os valores do Iluminismo, a busca da felicidade tornou-se legítima e deveria evitar ser, ou pelo menos, parecer infeliz. Historiadores concordam que, pelo menos, a nível de retórica, deu-se uma mudança na cultura ocidental há cerca de 250 anos atrás (MCMAHON, 2006).

Assim, com o Iluminismo, assiste-se a uma mudança de concepção de felicidade, que voltou a deslocar o conceito de felicidade do além para a realidade. O Iluminismo modificou alguns valores cristãos, originando um maior foco na vida atual e um afastamento do pecado original. Porém, não se tratava de um movimento antirreligioso, mas, sim, de aspecto religioso, acreditando-se que a felicidade do homem agradaria a Deus. Nas culturas ocidentais, o prazer passou a ser visto como o caminho para e, até mesmo como sinónimo de, felicidade.

Um exemplo desta concepção encontra-se nas doutrinas utilitárias. Bentham (1989) defendia que o objetivo máximo do ser humano deveria ser ter o máximo prazer possível, e que a felicidade máxima do maior número de pessoas deveria ser a base da moral e da legislação. A melhor sociedade seria aquela em que os cidadãos fossem mais felizes. Neste sentido, a melhor política pública seria aquela que aportasse a maior felicidade. Já a nível individual, o comportamento correto seria aquele que conduziria à maior felicidade para as pessoas afetadas.

As concepções clássicas e medievais de felicidade, enquanto virtude ou perfeição, foram abandonadas ao longo dos últimos séculos ou, nas palavras de McMahon (2006, p. 65), o homem atual refere-se à felicidade “mais como sentir-se bem, do que ser bom”. Durante o século XIX, a felicidade invadiu o cotidiano, conquistando não apenas a esfera profissional, como também a esfera familiar. A ideia de que o trabalho e a felicidade seriam compatíveis começou a surgir, gerando novos parâmetros no local de trabalho. Na esfera familiar, mulheres e mães de família eram incentivadas a fomentar um ambiente de felicidade em casa, de forma a compensar os seus maridos que trabalhavam arduamente, com o intuito de criar crianças de sucesso. Esta ideia de que a felicidade seria importante para as crianças refletiu-se também nos

manuais de educação, que começaram por disseminar a crença de que uma das principais responsabilidades dos pais seria fomentar a felicidade dos seus filhos.

Mesmo a morte que, por seu caráter, seria difícil de relacionar com a felicidade, passou a ter uma conotação mais positiva, com a ideia de que o céu seria um lugar feliz ganhando terreno.

Por fim, a felicidade foi ainda reconhecida como sendo uma vantagem competitiva, que poderia trazer benefícios às empresas, o que fez com que os publicistas comessem a entender a utilidade, para maximizar as vendas, de associar os seus produtos à felicidade.

## 2.2 A FELICIDADE NA ECONOMIA

Como relatado, a felicidade, que na Antiguidade era, praticamente, objeto de estudo apenas da filosofia, conseguiu, ao longo dos tempos, conquistar cada vez mais áreas. A Ciência Econômica foi uma das áreas do conhecimento que buscou, em certa medida, explicar o fenômeno individual e socialmente. As seções a seguir buscam apresentar algumas teorias apresentadas por diversos economistas.

## 2.3 A FELICIDADE EM BENTHAM

Jeremy Bentham nasceu em 15 de fevereiro no ano de 1748, em Londres. Era uma criança prodígio, aos três ou quatro anos de idade já sabia ler em grego e latim, aos cinco anos era chamado de “Jeremy, o filósofo”. Seus primeiros estudos foram realizados em Westminster. Em 1760, ingressou no Queen’s College, Oxford e bacharelou-se em 1763, tornando-se o mais jovem graduado que as universidades inglesas jamais tinham visto (BENTHAM, 1989, p. 7-11).

Em 1763 ingressou no Lincon’s Inn para estudar direito, quatro anos depois foi admitido no fórum. Em 1776 escreveu um livro sobre leis intitulado “Um Fragmento sobre o Governo”. Em 1781 recebeu um convite de Lorde Shelburne. Em 1811 publicou, em francês, “Teoria dos castigos e das recompensas”. As edições inglesas saíram muito tempo depois, com títulos diferentes: “O fundamento racional da recompensa” (1825) e “O Fundamento racional do castigo” (BENTHAM, 1989, p. 7-11).

Em 1785, Bentham viajou para a Rússia a fim de visitar seu irmão, nesse país escreveu

“Defesa da Usura”, publicado em 1787, este livro o enquadra como discípulo de Adam Smith, mas um discípulo que insistia na aplicação lógica extrema dos princípios elaborados. Retorna a Inglaterra em 1788. Em 1789 publicou sua maior obra, “Princípios da moral e da Legislação”. Em 1792 foi contemplado com a cidadania francesa, em 1817 tornou-se um dos principais membros do corpo de advogados (BENTHAM, 1989, p. 7-11).

Em 1823 fundou com um grupo de amigos o periódico *Westminster Review*, a fim de poder contar com uma eficiente tribuna para a defesa do radicalismo. Morre em 6 de junho do ano de 1832 (BENTHAM, 1989, p. 7-11).

Para Bentham a natureza humana colocava os homens sob o domínio de dois senhores, dos quais o homem não podia escapar:

[...] A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. O trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é certo do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. Os dois senhores de que falamos nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos, sendo que qualquer tentativa que façamos para sacudir esse senhorio outra coisa não faz, senão demonstrá-lo e confirmá-lo. Através das suas palavras, o homem pode pretender abjurar tal domínio, porém na realidade permanecerá sujeito a ele em todos os momentos da sua vida (BENTHAM, 1989, p. 3).

Bentham (1989), defendia o alcance do fim – felicidade – pelo maior número de pessoas, independente do caminho percorrido para alcançá-lo.

Bentham (1989) redefiniu a utilidade, cunhando o termo e dando início a escola utilitarista. Ao publicar seu livro “Introdução aos princípios da moral e da legislação” em 1789, definiu utilidade da seguinte forma:

[...] O Princípio da Utilidade reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. Os sistemas que tentam questionar este princípio são meras palavras e não uma atitude razoável, capricho e não razão, obscuridade e não luz (BENTHAM, 1989, p.3).

A sujeição a qual Bentham se refere é a sujeição aos dois senhores citados acima, dor e prazer. O autor, porém, acrescenta a seguinte nota:

[...] a esta expressão (Princípio da Utilidade) acrescentei ultimamente – substituindo até a primeira – esta outra: A maior felicidade, ou o Princípio da Maior Felicidade; isto por amor a brevidade, ao invés de me expressar assim longamente: “O Princípio



estabelece a maior felicidade de todos aqueles cujo interesse está em jogo, como sendo a justa e adequada finalidade da ação humana, e até a única finalidade justa, adequada e universalmente desejável; da ação humana, digo, em qualquer situação ou estado de vida, sobretudo na condição de um funcionário ou grupo de funcionários que exercem os poderes do governo”. A palavra “Utilidade” não ressalta as ideias de prazer e dor com tanta clareza como o termo “felicidade” (Happiness, felicity); tampouco o termo nos leva a considerar o número dos interesses afetados; número este que constitui a circunstância que contribui na maior proporção para formar a norma em questão – a norma do certo e do errado, a única que pode capacitar-nos a julgar da retidão da conduta humana, em qualquer situação que seja. Esta falta de uma conexão suficientemente clara entre as ideias de felicidade e prazer, por uma parte, e a ideia de utilidade, por outra, tem constituído mais de uma vez, para certas pessoas – Conforme pude constatar – um obstáculo para a aceitação do princípio acima, aceitação que, de outra forma, possivelmente não teria encontrado resistência (BENTHAM, 1989,p.3).

Para entender o princípio de utilidade de Bentham, ou seu princípio da maior felicidade, é necessário entender, primeiramente, o que ele entende por felicidade:

[...] Por Princípio de Utilidade (felicidade) entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse esta em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade. Digo qualquer ação com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida do governo. O termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou a proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isso, no caso presente, se reduz à mesma coisa), ou (o que novamente equivale a mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta; se esta parte for a comunidade em geral, tratar-se-á da felicidade da comunidade, ao passo que, em se tratando de um indivíduo particular, estará em jogo a felicidade do mencionado indivíduo (BENTHAM, 1989, p.4).

O autor relata, ainda, sobre uma incapacidade de alguns indivíduos de entenderem o que realmente significa felicidade da comunidade, explicando que o termo comunidade é nada menos do que corpo fictício, composto de pessoas individuais que se consideram como constituindo os membros da sociedade. Assim, o interesse na felicidade da comunidade nada mais é do que a junção dos interesses individuais, ou seja, o interesse da comunidade é a média do interesse dos indivíduos. E o interesse dos indivíduos está diretamente ligado a soma total dos seus prazeres ou, o que vale o mesmo, a diminuição total de suas dores (BENTHAM, 1989, p. 4).

Segundo Bentham (1989), a felicidade dos indivíduos que compõem a sociedade, ou seja, seus prazeres e sua segurança, deveriam constituir o objetivo, o único objetivo do legislador, esta seria a única norma em conformidade com a qual todo indivíduo deveria, ser obrigado a pautar o seu comportamento.

Sobre os prazeres e as dores, para ele o ser humano buscava sempre o aumento do prazer e a diminuição das dores, segundo o autor há quatro fontes de prazer ou dor: física, política, moral e religiosa (BENTHAM, 1989, p. 13).

[...] Se o prazer ou a dor são esperados na vida presente ou no curso natural da vida, e não derivam da vontade de alguém ou de um ser superior, pode-se dizer que tal prazer ou dor derivam da sanção física; Se o prazer ou a dor tem lugar ou se esperam de indivíduos ou grupo de pessoas que são intituladas juizes, pode-se dizer que o prazer e a dor emanam da sanção política; Se o prazer ou a dor estiverem nas mãos de uma pessoa que ocupa lugar de destaque na comunidade, pode-se dizer que o prazer deriva da sanção moral ou popular; Se dependerem da mão imediata de um ser superior invisível se derivam da sanção religiosa, sendo que esta última pode acontecer nessa vida ou na próxima (BENTHAM, 1989, p. 14).

Segundo Bentham (1989) todas as pessoas passariam por estas sanções. Em um exemplo, ele descreve de forma interessante como um ponto de vista pode alterar o tipo de sanção que esta sendo vivenciada. O exemplo é o de uma casa que pega fogo. Se foi algo da natureza, então se trata de uma calamidade; se ocorreu por imprudência, como no caso de uma vela posta de forma incorreta, sanção física; se infligido pela lei, sanção política; se tiver ocorrido por falta de assistência amigável, ou má conduta, sanção moral; e se ocorreu por vontade de um Deus desagradado ou através de uma distração da mente, ocasionado pelo medo de tal sagrado, sanção religiosa (BENTHAM, 1989, p. 14-15).

Sobre os legisladores, o autor os coloca como responsáveis por maximizar a felicidade dos indivíduos dos quais uma comunidade é composta, isto é, os prazeres e a segurança. Da mesma forma, prazeres e dores são os instrumentos com os quais o legislador deve trabalhar; Para compreender como utilizar esses instrumentos o mesmo deve compreender o valor desses instrumentos. O valor de um prazer ou dor é medida através de 6 circunstâncias: intensidade, duração, certeza (incerteza), proximidade (afastamento), fecundidade e a pureza, ou seja, ao infligir a dor, se esta não for causada por fecundidade uma situação posterior de prazer, ou ainda se é uma dor pura não ocasionando ao mesmo tempo em sensações do tipo oposto. Para alguns casos também deve-se considerar a extensão, para saber se o infligido se estenderá a outras pessoas. Para que o legislador seja consistente, deve calcular a quantidade de dor e prazer infligido a cada indivíduo e ao todo (BENTHAM, 1989, p. 17).

Para Bentham (1989), o prazer pode se traduzir por: lucro, conveniência, vantagem, benefícios ou felicidade, enquanto a dor: inconveniente, desvantagem, perda, infelicidade e assim por diante. Desta forma, qualquer coisa que traga a felicidade é traduzida por prazer e qualquer coisa que traga a infelicidade é traduzida por dor. A quantidade de dor ou prazer que um indivíduo irá experimentar durante o percurso da sua vida esta diretamente relacionada às

circunstâncias, que poderão ser causadas pelo indivíduo ou por terceiros, desta forma as circunstâncias serão criadas conforme as capacidades dos indivíduos, seu estado de saúde, força, sua resistência, a perfeição corporal, o poder intelectual, firmeza da mente, estabilidade, inclinações e tendências, sua moral, a forma como é visto perante a sociedade, o bom nome, o nível de simpatia, a educação, o clima, em suma, todos os aspectos devem ser levados em consideração para a criação das circunstâncias. A inclinação para a dor ou para o prazer também tem grande influência, já que elas podem definir em que magnitude e para qual lado esta inclinada a facilidade de sensibilidade do indivíduo, assim como para qual inclinação esta a vontade deste indivíduo de infligir dor ou prazer considerando a sensibilidade de outros indivíduos (BENTHAM, 1989, p. 17-18).

A busca pela felicidade em Bentham está ligada a busca pelo prazer. O homem se torna feliz conforme o maior índice de prazer que ele alcança. Para o autor, todos os aspectos da vida humana devem ser levados em consideração quando se esta buscando as circunstâncias que possibilitam esses prazeres.

## 2.4 ADAM SMITH

Adam Smith é reconhecido, por diversos autores, como o primeiro pensador a desenvolver uma teoria completa na Ciência Econômica. Sua obra, “A riqueza e a pobreza das Nações”, escrita em 1776, marcou Smith como o “pai da economia”. No entanto, não é nesta, mas em sua obra mais filosófica, “A Teoria dos Sentimentos Morais”, que Smith discorre sobre a busca pela felicidade individual e social, a solidariedade e o egoísmo do ser humano.

Adam Smith nasceu em 1723 em Kirkcaldy, Fifeshire, Escócia, uma cidade de 1.500 habitantes. Seu pai, homem de posses, morreu três meses antes do nascimento do filho, de uma família da classe alta, mas não nobre, da época. Adam Smith nunca se casou; começou seus estudos em Glasgow, com um curso que tinha em seu currículo basicamente: Ética, Direito, Princípios de Economia, Política Comercial e Finanças Públicas. Em 1740, aceitou uma bolsa de estudos em Balliol College em Oxford, onde teve um maior refinamento dos estudos nos clássicos e literatura, mas ainda com muita influência dos escolásticos (WINSTON, 1996, p. 5). No inverno de 1748/49, ministra uma série de conferências em Edimburgo. Em janeiro de 1751 foi eleito para a cadeira de lógica em Glasgow, onde lecionava retórica e Belles Lettres.

Em abril de 1752 é eleito professor de Filosofia Moral de Glasglow, cargo em que ficou até 1764. Foi neste cargo que se consolidou sua reputação intelectual e seu interesse acadêmico pela Economia. A partir deste ponto, passa a participar dos debates acadêmicos e

políticos da época e é admitido para as principais sociedades eruditas escocesas. Em 1759 publica a Teoria dos Sentimentos Morais e em 1763 torna-se o tutor do Duque de Buccleugh.

Adam Smith viaja pela França, realizando um longo Tour pelo Sul da França, conhece Voltaire. Em 1765 muda-se para a França, onde Hume abre-lhe as portas para a corte e para os salões; é neste ponto que tem contato com os fisiocratas, liderados por François Quesnay. Começa a manter contato com Turgot, trocando correspondência por um longo período. Com a morte do irmão mais moço de Buccleugh, retorna a Londres, onde tem contato com um imenso acervo bibliográfico e de onde retira anotações para a sua grande obra. Em nove de março de 1776 é lançado o livro “A Riqueza das Nações”. Após isto, retorna para Kirkcaldy em 1777 é nomeado para um alto cargo da administração aduaneira escocesa e muda-se, com sua mãe, para Edimburgo.

Em 1787 recebe o que seria a última grande honraria de sua vida: é nomeado Reitor da Universidade de Glasgow, cargo que ocupa por dois anos consecutivos. Retorna a Edimburgo adoece e falece em 17 de julho de 1790 aos 67 anos de idade (WINSTON, 1996, p. 5 -9).

O cenário histórico da época de Adam Smith foi a revolução industrial.

[...] Sua família materna era composta de proprietários de terra em Fifeshire, e suas frequentes visitas a parentes no campo podem ter despertado o interesse pela agricultura que é visto em todo o seu trabalho. Assim sendo, o local deu ao jovem algo da natureza e influência da indústria, comércio e agricultura (BRUE, 2006, p.144).

Na Teoria dos Sentimentos Morais, Adam Smith discute as forças morais que restringem o egoísmo e unem as pessoas. Neste livro, Adam Smith coloca que a solidariedade é o sentimento que está acima de todos os outros, já que o homem tende a crer que os sentimentos dos outros estimulam sentimentos similares neles mesmos, desta forma a solidariedade sempre parecerá ao homem mais prazerosa, já que o que sentimos ao observar os outros não vem do que os outros estão passando, mas sim da nossa consciência de sua situação (BRUE, 2006, p. 203).

Adam Smith também coloca que o medo da morte envenena a felicidade do homem, mas restringe à injustiça da humanidade e esse medo aflige e atormenta os indivíduos. No caso de Adam Smith, temos a felicidade tratada por uma ótica que crê no melhor do ser humano, como se todos pudessem ter uma consciência, e como se, da mesma forma que a economia é guiada pela mão invisível, o homem também o é através das forças morais, ou faculdades morais, que nos impedem de sermos egoísta, acreditando que as regras das faculdades morais são do domínio de Deus e, se violadas, a punição seria tormento da vergonha interior e a

autocondenação, assim como a obediência traria consciência tranquila, contentamento e auto satisfação (BRUE,2006, p. 204).

Em sua obra “A Riqueza das Nações”, Smith descreve sobre a divisão do trabalho, a análise do valor, os salários, os lucros e os juros, a história da economia e do desenvolvimento da economia em várias partes da mundo, sua contribuição é gigantesca e foi ele quem inaugurou o ramo da economia que depois serviria de vertente para tantos outros escritores. Smith pretendia que “A Riqueza das Nações” fosse uma filosofia social completa. Sob muitos aspectos, esse objetivo foi concretizado, contudo, somente as partes relativas a economia são lembradas (BRUE, 2006, p. 157).

É possível perceber o que Smith quer dizer quando ele está descrevendo sobre o princípio que dá origem à divisão do trabalho.

[...] Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral a qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra... Essa propensão é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais (SMITH, 1996, p. 73).

Smith trata, também, sobre a necessidade constante do homem de receber ajuda dos seus semelhantes e de como é inútil esperar essa ajuda apenas contando com a bondade do próximo. “Não é da benevolência do Açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1996, p. 74).

O autor, então, descreve como o ser humano, através de trocas, permutas e comércio, troca aquilo que pode produzir, através de seus talentos, com aquilo que outros podem produzir, mostrando que as relações entre os indivíduos estão relacionadas nessas trocas, e como essa divisão do trabalho transforma a economia. Adam Smith descreve como as diferenças entre as pessoas surgem, não as pontuando em seu nascimento, mas antes em seus costumes, da educação e de suas formações; coloca as pessoas como veem ao mundo como extremamente semelhantes, e que depois começam a ocupar-se ou engajar-se em ocupações muito diferentes, e é aí que se começa a perceber a diferença em seus talentos e de como isso logo vai se ampliando. Assim, as diferenças estão ligadas aos costumes e àquilo

que é apresentado a pessoa como possibilidade de se desenvolver (SMITH, 1996, p. 75).

A forma como Smith descreve a formação da capacidade das pessoas para a questão da felicidade é, provavelmente, a mais importante. Não obstante, a sua forma de descrever como surge o dinheiro, como os escambos e as trocas são responsáveis por tornarem a criação de uma moeda necessária, assim como isso torna possível a futura criação do mercado monetário também representa um ponto importante, e sua obra é, na íntegra, uma criação que abrange muitos pontos, mas descrever a todos demandaria muito tempo e pode-se incorrer no erro de interpretar mal suas colocações.

No que concerne a este trabalho, é importante ressaltar que esta visão de Smith para a interdependência dos indivíduos em uma sociedade, faz pensar sobre a felicidade como parte desta ligação necessária entre os indivíduos. Esta ligação de troca e escambo, a felicidade, a necessidade pelos meios de vida, pelas criações e produtos oferecidos de um ao outro e pelas satisfações das necessidades mais básicas e até das necessidades nem tão básicas assim, nesta obra, está ligada a possibilidade de produzir e, assim, tornar-se parte de uma sociedade em que indivíduos dependem uns dos outros e da necessidade também de consumir.

## 2.5 A FELICIDADE E SOCIALISMO

O socialismo é uma filosofia política da economia que não pode ser esquecido quando falamos sobre a concepção de felicidade. Para expor o tema seria necessário apresentar as características de todos os tipos de socialismo: o utópico, o de estado, o cristão, o marxista e até mesmo o socialismo em suas formas pós evolução, como anarquismo e comunismo. Mas, para analisarmos sob a ótica da felicidade, o ponto em questão é tentar achar aquilo que é comum entre eles ou o que é incomum e verificar qual a forma de felicidade seria esperada. O principal ponto em que todos os socialismos se assemelham é crer na igualdade. Para o marxismo, a igualdade entre as classes; para o anarquismo, todos são iguais sem poderes que governem; para o socialismo utópico, a cooperação. De toda forma, a busca para uma sociedade onde os numerosos tenham possibilidades e não apenas os mais providos de capital.

[...] A literatura sobre socialistas, socialismo e crítica socialista talvez ultrapasse quantitativamente todos os demais materiais econômicos. Todas as nuances de ênfases concebíveis foram desenvolvidas; há dezenas de livros sobre obras que tratam deste assunto, representando todas as tonalidades de convicção; há críticos e defensores da fé socialista, igualmente penetrantes. Há adeptos com todos os graus de entusiasmo, desde a suave indiferença até ao ardor revolucionário militante. O socialismo pode ser encontrado sob algumas formas nos mais remotos registros da humanidade; viveu através de todos os esforços penosos desta e, por vezes,

realmente floresceu. Na maioria das nações e vez por outra a maré subiu, depois vazou, até que hoje em uma forma ou outra, e com maior ou menor ênfase, pode ser encontrado em todos os países do mundo (BRUE, 2006, p.316).

A intenção, neste capítulo, não é esgotar as contribuições socialistas feitas durante a história da humanidade. De fato, todos os socialistas contribuíram de formas diferenciadas não só para o período ao qual pertenceram como também para os períodos posteriores.

Os escritos socialistas e os trabalhos tiveram grande contribuição para a busca pela felicidade, já que em sua maioria frisavam a igualdade e a redistribuição da renda. Por isso, segue-se uma pequena colocação para os socialistas que se destacaram finalizando em Karl Marx, ainda que os que vieram após este também tenha a sua importância para o desenvolvimento das teorias socialistas, mas descrever a todos seria impossível.

Um grande socialista foi Robert Owen, que acreditou ser possível criar uma utopia, descrevendo como seria um mundo criado a partir de um pensador socialista. Sua condição financeira tornou possível colocar em prática a sua própria teoria; no entanto, ela se mostrou infrutífera em apenas 3 anos. O importante sobre Owen é perceber como ele entendera a felicidade humana e qual era o caminho para alcançá-la, e, embora não fosse uma tarefa simples, criara uma metodologia para a aplicação.

### 2.5.1 ROBERT OWEN

Robert Owen viveu entre 1771 e 1858, um industrial nascido na Inglaterra, em uma família de origem modesta, aos 18 anos passou a dirigir uma indústria Têxtil em New Lanarck, com 500 operários; acumulou grande fortuna, tornando-se um importante industrial. Era um autodidata, que acreditava na onipotência do pensamento, e essencialmente agnóstico, tendo proclamado sua independência religiosa em 1817; achava também que o caráter é consequência do meio social e de circunstâncias externas ao homem, e que a educação seria o meio de transformá-lo (TEIXEIRA, 2002, p. 97).

Owen trabalhava em prol da felicidade de seus semelhantes, e acreditava que o homem fosse inteiramente bom e que os males sociais e econômicos tivessem sua causa grandemente identificável no sistema capitalista.

Robert Owen relata em uma de suas obras “O Livro do Novo Mundo Moral”, escrito entre 1836 e 1844, sobre os princípios e as leis da ciência e natureza humana, a formação do caráter geral, os efeitos sobre a sociedade, a harmonia a unidade e a eficácia da ciência moral,

e economia social, a religião, as leis e o governo, as ciências sociais, sua obra é um resumo geral sobre como criar uma nova sociedade. Em sua obra, o autor começa descrevendo os cinco fatos fundamentais para a base do sistema racional, que são:

- I. O homem é um ser complexo cujo caráter é formado por sua constituição, ou pela organização que traz desde o nascimento, e pelos efeitos de circunstâncias externas, que o cercam e atuam sobre ele do nascimento até sua morte; esta organização original e as influências externas agem e reagem continuamente entre si.
- II. O homem é forçado, por sua constituição primitiva, a receber seus sentimentos e suas convicções independentemente de sua vontade.
- III. Seus sentimentos ou suas convicções, ou os dois juntos, criam a motivação para agir, denominada vontade, que o estimula a agir e determina suas ações.
- IV. A organização nunca é exatamente a mesma em dois seres humanos por ocasião de seu nascimento e a arte não pode formar mais tarde dois indivíduos exatamente iguais, da infância até a maturidade.
- V. No entanto, a constituição de cada criança, excetuado o caso de doença orgânica, é capaz de formar um ser superior ou um ser inferior, conforme a natureza das circunstâncias exteriores que influenciem sobre esta constituição após seu nascimento.

Owen acreditava que os seres humanos eram de fato diferentes mas o que os modificava eram as impressões que ficavam conforme os conhecimentos que recebiam e conforme os ambientes em que eram criados, por isso defendia que a educação poderia criar homens não apenas mais sábios, mas com faculdades mentais mais evoluídas. A crítica de Owen com relação ao capitalismo estava diretamente ligada ao homem tendo seus sentimentos e emoções em desacordo com sua inteligência:

[...] O homem é uma organização composta de diversas faculdades corporais e intelectuais, experimentando necessidades ou inclinações físicas e morais, sensações sentimentos e convicções. Na sociedade atual, não há nenhum acordo entre diferentes instintos da natureza; ele é levado a agir por suas sensações ou seus sentimentos que estão muitas vezes em oposição com sua inteligência, o que nele produz um estado de perplexidade e de constrangimento, uma luta diária entre motivações contrárias, fatal a sua saúde e a sua felicidade (TEIXEIRA, 2002, p. 103).

Segundo Owen, o homem tem como finalidade de sua existência desfrutar da



felicidade.

A finalidade da existência do homem é desfrutar da felicidade, e a mais alta sabedoria humana consiste no conhecimento dos meios para obter e garantir a maior soma de felicidade que seja possível usufruir permanentemente. Esta importante ciência deve preparar o homem para atingir o mais alto grau possível de perfeição física, intelectual e moral. Ora, a experiência lhe ensina que todas as suas inclinações, todas as suas faculdades são igualmente necessária para sua felicidade, e devem ser exercidas e desenvolvidas em ordem conveniente e com moderação, sem jamais ultrapassar determinado ponto, sob pena de desarrumar todas as funções do indivíduo e de prejudicar a saúde de sua organização e o bem estar de seus semelhantes (TEIXEIRA, 2002, p. 104).

Robert Owen acreditava que o ser humano era composto pela natureza animal, pelas faculdades intelectuais e pelas qualidades morais, e que essas três características são reunidas no homem em proporções diversas. Essas proporções são o que constituem a diferença entre os homens. O autor considera muito importante, também, notar a forma de criação e educação pela qual os indivíduos passam, já que esses ambientes externos aos quais são expostos também tem um certo nível de participação na formação do caráter dos indivíduos (TEIXEIRA, 2002, p. 106).

Owen esperava criar um postulado que permitisse moldar um novo caráter para a espécie humana, os homens através da educação e da absorção do conhecimento poderiam se tornar racionais, e assim sendo, se tornariam mais caridosos, gentis e menos propensos a preconceitos, entendendo que as diferenças entre cor, língua, as opiniões e os sentimentos eram apenas a uma diferencial entre os seres humanos. Owen acreditava que seguindo isso, assim que todas as crianças fossem ensinadas desde muito pequenas, logo o mundo não teria mais guerras, desunião, crimes, violência, miséria e outros males (TEIXEIRA, 2002, p. 109).

Owen também intitula a Economia Social, e seu primeiro tópico de discussão é sobre as condições necessárias para produzir a felicidade da humanidade.

[...] De acordo com todos os fatos conhecidos do homem, parece ser uma lei universal que todo ser vivo deseje a felicidade e faça continuamente todos os esforços para evitar sensações dolorosas e procurar sensações agradáveis. É o instinto vital e o motivo secreto de todos os movimentos físicos e morais em todos os indivíduos da espécie humana; e por isso não se pode nem elogiá-lo nem censurá-lo (TEIXEIRA, 2002, p. 119).

Ainda segundo o autor, existem algumas condições indispensáveis a felicidade humana: 1) A posse de uma boa organização física, intelectual e moral; 2) O poder de buscar à vontade tudo que é necessário para conservar a organização no melhor estado de saúde; 3) A

perfeita educação das faculdades físicas, intelectuais e morais de toda a população; 4) O desejo e o meio de proporcionar continuamente a felicidade de nossos semelhantes; 5) O desejo e os meios de aumentar incessantemente nossa soma de conhecimentos; 6) O poder de usufruir da melhor sociedade e, sobretudo, das pessoas pelas quais somos forçados a maior estima e maior afeição; 7) Os meios de viajar a vontade; 8) A ausência de superstições, de temores sobrenaturais e do medo da morte; 9) A plena liberdade de exprimir nossos pensamentos sobre todos os assuntos; 10) A maior liberdade pessoal de ação compatível com o bem permanente da sociedade; 11) Um caráter formado para nós de maneira a poder exprimir a verdade em todas as ocasiões e a sentir verdadeira caridade pelos sentimentos, pensamentos e conduta de todos os homens e uma sincera benevolência para com cada indivíduo do gênero humano; 12) A residência em uma sociedade bem organizada e bem governada, na qual todas as leis, instituições e dispositivos estejam de acordo com as leis da natureza humana; e 13) A certeza de que todos os seres vivos são tão felizes quanto o permite sua natureza, e sobretudo os seres humanos (TEIXEIRA, 2002, p. 120-121).

Owen queria criar um mundo novo, não apenas modificando o homem e o seu caráter, mas também a forma de convivência entre os homens. Ele acreditava que a felicidade poderia ser alcançada com a criação de um espaço planejado, que geraria oportunidades para o desenvolvimento de um caráter melhor e não o que estava sendo criado com o capitalismo, seres humanos frágeis e debilitados.

Depois de Robert Owen e suas teorias utópicas, Karl Marx publica seus escritos criando o “socialismo científico”, corrente socialista que teve a maior expressão e, por isso, ganha destaque no presente trabalho.

## 2.5.2 KARL MARX

No socialismo, a corrente que ganhou maior destaque foi o socialismo Marxista, tendo como principal autor Karl Marx.

Karl Marx nasceu na Renânia, em 1818, sul da Alemanha, a família de Marx pertencia a classe média judaica, iniciou seus estudos de direito em Bonn e finalizou em Berlim, teve como mentor ideológico Hegel, de 1842 a 1843 Marx ocupou o cargo de redator chefe da Gazeta Renana, jornal financiado pela burguesia, a orientação liberal do jornal lhe impôs atritos e o jornal foi fechado, através do jornal se aprimorou nas questões sociais, foi a atividade no jornal que o impeliu em duas direções marcantes: Economia Política e Teorias Socialistas. Em 1843 casou-se com Jenny Von Westphalen, de família recém aristocrática.

Em janeiro de 1844, em Paris, publicou Anais Franco-Alemães. Varias obras depois, em 1867 viria a luz O Capital, livro que consagrou Marx (MARX, 1996, p. 2 -22).

Marx acreditava que a revolução social era inevitável. Dado o momento histórico em que se vivia na época, revolução industrial. Marx acreditava que a forma como as classes sociais estavam divididas e o quanto cada uma participava da economia não era apenas injusto, mas também algo deficiente, acreditava que o capitalismo per si já continha os elementos necessários para ruir, e como já estava fadado a fracassar, os trabalhadores deveriam se unir e antecipar este movimento, dando assim um passo em direção ao socialismo, que previa é claro a felicidade melhor distribuída.

No Manifesto Comunista, escrito em 1848, Marx (2007) inicia sua narrativa mostrando que, em toda a história da humanidade, todas as transformações ocorrem através da luta entre classes. Marx não supunha que a felicidade estava atrelada diretamente ao dinheiro, como moeda, mas sim a capacidade das pessoas de ter acesso aos meios de produção para trabalhar para si mesmos, como no capitalismo muito poucos tem acesso aos meios de produção a maioria se vê obrigado a vender aquilo de que dispõem, ou seja a sua mão de obra, a um preço estipulado pelo capitalista, que visando o lucro coloca o todos um salário de subsistência, a felicidade, ou a capacidade de busca pela felicidade fica reduzida a miséria.

A capacidade de gerar a felicidade estaria atrelada ao que Marx considerava liberdade de produção. Com os salários cada vez mais baixos e tendo dificuldades de sustentar sua família o homem se vê então obrigado a por sua esposa e filhos também a trabalhar, vendendo assim ao capitalista o seu segundo bem mais precioso, sua família (MARX, 2007, p. 47-66).

Para Marx a alegria estava em ser livre, no sentido de ter acesso aos meios de produção e usar sua capacidade para produzir para si mesmo, para produzir com objetivo de troca ou com objetivo de obter lucro, mas sendo livre para produzir e viver, tendo em vista que tudo que era produzido pela natureza deveria ser desfrutado por todos de forma igual e livre (MARX, 2007).

Após um período de poucas novas teorias a respeito da felicidade no campo da Ciência Econômica, já que os estudos dos economistas se voltaram para a matemática, estatística e a verificação empírica de suas teorias, Amartya Sen buscou retomar os estudos sobre a felicidade e a realização humanas, buscando, inclusive, mensurar a felicidade através da criação de alguns indicadores.

## 2.6 AMARTYA SEN

Nascido em uma culta e cosmopolita família hindu, Sen cresceu em meio aos horrores da fome em Bengala, violência nas comunidades, colapso do domínio britânico e os movimentos separatistas. Aluno brilhante e agitador no campus universitário em Calcutá, ele superou uma manifestação quase letal de câncer, obteve as melhores notas no exame de admissão à universidade e foi estudar no Trinity College, em Cambridge. Desde 1970 Sen residiu sobretudo na Inglaterra e nos EUA, mas a Índia sempre esteve presente em seus pensamentos (NASAR, 2012, p. 480).

Sen iniciou seus estudos em 1939, numa escola missionária inglesa. Dois anos depois, como os japoneses avançaram em direção a Índia britânica, foi enviado para morar com seus avós maternos em Santiniketan, ao norte de Calcutá. Sen nasceu naquela classe acadêmica e de funcionários públicos que falava inglês e que ajudou a governar a Índia britânica. Ele descreveu seu pai como “homem aventureiro”, que se doutorou em química pela universidade de Londres, após retornar a Bengala, contraiu um casamento arranjado, se tornou chefe do departamento de química agrícola na Universidade de Dacca, os Sen moravam numa típica casa local, que media oitenta ou noventa metros de comprimento, na parte da frente e que tinha, em seu interior, “um pátio aberto para o céu”, com muitas acomodações para os criados e parentes. O avô materno de Sen, Kshitimohan Sen, um acadêmico, especializado em sânscrito, lecionava na Universidade Visva Bharati. Sen frequentou aulas na escola coeducacional de Tagore, debaixo de um eucaliptal. Passava a maior parte do tempo livre com o avô (NASAR, 2012, p. 482).

Em 1943, com a guerra, a fome que se seguiu na Índia culminou com a morte de 3 milhões de pessoas, a maioria pescadores pobres e camponeses sem terra, que morreram de inanição e de doenças. Ainda mais dramática foi a erupção da violência nas comunidades, na véspera da independência, com o conflito religioso. O efeito que isso causou em Sen foi sua declarada aversão a todas as formas de fanatismo religioso e nacionalismo cultural (NASAR, 2012, p. 483-484).

Amartya Sen retornou aos estudos, e logo começou a tirar as melhores notas e ganhar todo tipo de prêmios, inclusive prêmios em debates. Candidatou-se ao Trinity College em Cambridge, e foi rejeitado, mas, passado alguns meses foi convocado inesperadamente. Seu pai gastou seus poucos haveres e, em 1953, pouco antes de seu vigésimo aniversário, foi de navio de Bombaim a Liverpool. Na universidade, escreveu sobre escola das técnicas e se, em 1960 tivesse parado de escrever, seria conhecido como adepto de Nehru a favor da indústria

pesada. Entretanto, por volta de 1970 ele direcionou seu enfoque intelectual e escreveu uma série de admiráveis ensaios filosóficos sobre o bem estar social (NASAR, 2012, p. 487).

Em 1998, Amartya Sen foi laureado com o prêmio Nobel de economia, doou metade do milhão de dólares que recebeu para implantar duas fundações, uma no oeste de Bengala e outra em Bangladesh, cuja finalidade é promover a educação primária em áreas rurais (NASAR, 2012, p. 494).

Amartya criou o conceito "desenvolvimento como liberdade"; neste conceito a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o meio de desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. Essa condição de agente é restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas as quais se dispõem. Sen (2000) acreditava que deve ser dada a cada agente a oportunidade de se desenvolver na sociedade como um agente ativo e não apenas como um receptor de benefícios, desta forma se obtém o desenvolvimento individual e o desenvolvimento coletivo (SEN, 2000, p. 29- 30).

Ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para a compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo. O processo precisa incluir a eliminação da privação, então Sen (2000, p.55). distribui em cinco categorias as liberdades instrumentais cruciais:

- ( 1 ) Liberdade política: Amplamente concebidas referem-se as oportunidades que as pessoas tem para determinar quem deve governar e com base em que princípios, poder fiscalizar e criticar as autoridades através de uma imprensa livre (SEN, 2000, p. 55).
- ( 2 ) Facilidades Econômicas: são as oportunidades que os indivíduos tem para utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca (SEN, 2000, p. 55).
- ( 3 ) Oportunidades Sociais: são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc, que influenciam nas liberdades substantivas (SEN, 2000, p. 55).
- ( 4 ) Garantias de transparência: Refere-se as necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar, liberdades de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza (SEN, 2000, p. 55).
- ( 5 ) Segurança Protetora: é necessária para proporcionar uma rede de segurança social,

impedindo que a população afetada seja reduzida a miséria objetiva e em alguns casos até mesmo a fome e a morte (SEN, 2000, p. 55).

No trabalho deste escritor, a pobreza e a desigualdade levam a privação das capacidades básicas, essas privações levam a: morte prematura, subnutrição, morbidez, analfabetismo e deficiências, a falta de renda é uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes, sobre a liberdade iniciativa e as habilidades dos indivíduos, contribuindo para a exclusão social, perda de autonomia e de auto confiança, saúde física e psicológica. Falta de renda também altera índices de mortalidade, tanto infantil quanto a taxa de sobrevivência ao longo dos anos, uma liberdade elementar a ser considerada e a capacidade de sobreviver ao invés de sucumbir à morte prematura (SEN, 2000, p. 35).

Sen trata sobre o tema bem-estar, utilizando renda e mercadoria como a base do bem estar, o autor começa mostrando que existe uma complexidade bem extensa em tratar o tema bem estar já que para considerar desta forma seria necessário estar observando fontes distintas de variação como heterogeneidade pessoal: características físicas dispare, relacionadas a incapacidade, doença, idade ou sexo; diversidades ambientais: variações nas condições climáticas, que podem incluir necessidades de se aquecer ou necessidade de renda para combate de doenças infecciosas em locais mais quentes; variações do clima social: Os serviços públicos que são oferecidos e suas eficácias; diferenças de perspectivas relativas: necessidade de mercadorias relacionadas a padrões comportamentais podem interferir no respeito próprio ou podem impedir que se torne um individuo participativo na comunidade; distribuição na família: a distribuição intrafamiliar da renda pode ser um grande diferencial para entender como as necessidades de cada indivíduo é atendida.

Por isso, a renda não pode ser tratada como única fonte de bem estar, embora esteja ligada ao bem estar, já que a falta da mesma leva à privações. No entanto, a análise correta, na opinião do autor, é que para muitas finalidades avaliatórias, o espaço apropriado não é o das utilidades, nem o dos bens primários, mas o das liberdades substantivas, as capacidades, de escolher uma vida que se tem razão para valorizar (SEN, 2000, p. 90-92).

## 2.7 DANIEL KAHNEMAN

As teorias a respeito da felicidade tiveram um desdobramento que levaram a criar formas de calcular e estimar a felicidade dos indivíduos pertencentes a uma sociedade,

mas, para contrapor essa teoria, surge então Daniel Kahneman, demonstrando que a forma de cálculo não seria tão confiável, já que poderia haver algum viés nas respostas dos indivíduos.

As teorias de Daniel Kahneman são o que tem de mais atual na área de economia comportamental. Ainda existem outras teorias que estão sendo discutidas e apresentadas ao mundo em formato de publicação, mas a teoria de Kahneman em 2002 recebeu um Prêmio Nobel, o que indica que não só teve grande aceitação entre os estudiosos como também representou um marco na disciplina.

Para Kahneman, o objetivo principal em seu livro era apresentar uma visão de como a mente funciona baseando-se em progressos recentes no estudo da psicologia cognitiva e social, e compreender os prodígios e também as falhas do pensamento intuitivo.

Antes de apresentar a teoria de: “Rápido e Devagar”, é importante salientar a importância com relação à pesquisa e a publicação de outro trabalho anterior ao livro chamado “Julgamento sobre incertezas: Heurística e Vieses” (KAHNEMAN, 2012, p. 524-539). Este foi o ponto inicial para o desenvolvimento da teoria que será discutida aqui. No trabalho sobre incertezas, existe a coparticipação de outro pensador e escritor chamado Amos Tversky que, segundo Kahneman, teve grande participação e influência sobre a publicação do trabalho (KAHNEMAN, 2012, p. 18-19). Ainda segundo Kahneman, Amos era o pensador mais lógico, com uma orientação para a teoria e um senso de direção infalível enquanto ele sempre fora o mais intuitivo e enraizado na psicologia da percepção (KAHNEMAN, 2012, p. 19). Foram anos de colaboração entre os dois até chegarem a um ponto em que o trabalho estivesse pronto a ser apresentado ao mundo.

Através de experimentos os dois autores falam sobre as Heurísticas e os vieses da mente: na Heurística da Representatividade, eles descrevem experimentos onde demonstram que as pessoas são insensíveis a probabilidade dos eventos, mesmo quando colocadas a diante de questionamentos que tem como ponto de partida informações relevantes, ou quando apresentadas a questionamentos sem informação nenhuma (KAHNEMAN, 2012, p.525-533). Na Heurística da Disponibilidade os indivíduos partem de pontos evocados em sua própria memória ou sobre sua própria vivência para calcular e determinar quais as probabilidades de alguns eventos ocorrerem, desta forma criando vieses (KAHNEMAN, 2012, p. 530-533). Na Heurística da Ancoragem os indivíduos ancoram suas estimativas em um ponto de partida e ajustam os resultados finais viesado para o ponto inicial (KAHNEMAN, 2012, p. 533-536).

No livro “Rápido Devagar”, Kahneman descreve o que ele intitula como bem estar

experimentado, ao descrever o caminho necessário para responder a esta questão o autor antes cria sua teoria a partir dos dois EUS, estes são o EU Experiencial e o EU Recordativo, na descrição dos EUS ele demonstra que ser humano tem uma forte tendência a se lembrar de episódios segundo o seu EU recordativo, que se lembra do episódio considerando os picos que ocorreram durante os processos, seja de dor ou de prazer e se lembrando de forma mais clara ainda do final do experimento, ou seja, pessoas tem a tendência viesada de se apegar a esses episódios que na maioria das vezes não leva em consideração a duração dos experimentos e sim os ápices do mesmo. O Eu experiencial é responsável por viver os momentos no momento em que eles ocorrem, mas algumas pessoas pelo seu fadado viés no Eu recordativo simplesmente não se importam com o Eu experiencial (KAHNEMAN, 2012, p. 484).

Para ilustrar de forma simples essas experiências com o EUs, o escritor cita dois exemplos, no primeiro exemplo seleciona um grupo de indivíduos e verifica através de relatos como foram suas férias e qual a nota final dada por eles para esta experiência, depois lhes pergunta se voltariam a repetir as férias, a maioria que deu uma nota final as férias voltaria a repetir mesmo quando as notas diárias não haviam sido boas, então ele pergunta e se no final das férias todas as fotos e vídeos fossem ser destruídos e além disso fossem dar uma poção que causasse amnésia e apagaria todas as lembranças da viagem, ainda assim quantos a fariam? A próxima pergunta é quanto as pessoas estariam realmente dispostas a pagar para férias que fossem desta forma completamente esquecíveis, tirando o tom de férias inesquecíveis que as pessoas normalmente usam para se apegar a esses momentos. As respostas às quais os pesquisadores chegam é que algumas pessoas nem mesmo se dariam ao trabalho de ir, e que a eliminação das lembranças reduz enormemente o valor das experiências, outras pessoas ainda indicam que nem mesmo mandariam outras pessoas para esta experiência, demonstrando assim que se importam apenas com seu Eu recordativo e não com seu Eu experiencial (KAHNEMAN, 2012, p. 485-487).

O Segundo experimento, ao qual as pessoas são levadas a analisar, é o de que elas teriam de fazer uma cirurgia, durante esta cirurgia não seria usada nenhuma forma analgésica e nem anestésica, e que eles provavelmente gritariam na mesa durante os momentos da cirurgia, o seu Eu experiencial seria praticamente torturado e a experiência seria completamente dolorosa e desagradável, mas após o procedimento eles seriam induzidos por drogas a esquecer deste momento. As respostas, de um número considerável de pessoas é a de que não dão importância para este fato, ou seja, contanto que não se recordem podem viver a experiência da tortura, e inclusive veem a si mesmos da forma como veriam a um



estranho, desconsiderando que ambos os Eus são parte de um mesmo indivíduo (KAHNEMAN, 2012, p. 486-487).

Ao iniciar sua pesquisa sobre o bem estar experimentado o autor inicia mostrando que essa medida normalmente era conseguida através do Eu recordativo, com perguntas como: “Tudo considerado, até que ponto você está satisfeito com sua vida como um todo hoje em dia?”. Mas com os experimentos ele havia chegado a um ponto em que o Eu recordativo não era uma opção confiável como medida do bem estar, então ele se concentra no bem estar experiencial, e cria uma forma de estudo para medir esse bem estar, ele chega a conclusão de que um registro contínuo seria impossível, já que uma pessoa não consegue viver normalmente se fica o tempo todo relatando suas experiências, a felicidade não suporta interrupções, então cria um dispositivo, para o celular, onde em intervalos aleatórios toca um bip, e a pessoas precisa responder algumas perguntas rápidas e escalas de classificação para relatar a intensidade de sentimentos. Esse experimento, mesmo por amostragem, é uma experiência dispendiosa e onerosa, embora não seja uma experiência tão incômoda para os participantes, esta não envolve dor, e as perguntas são rápidas e de fácil resposta (KAHNEMAN, 2012, p. 489-496).

Como o método se mostrou muito oneroso, foi criado um novo método chamado Método da reconstrução do dia DRM (Day Reconstruction Method) onde várias mulheres descreviam como havia sido o dia, com quem haviam estado, descrevendo o dia como cenas de um filme, depois respondiam a perguntas sobre os episódios, depois classificavam a intensidade de diversos sentimentos. Depois disso, os episódios eram classificados como positivos ou negativos, como os episódios não eram compostos por apenas um tipo de emoção, eram somados os sentimentos positivos e negativos e depois de contra postos o que tivesse maior representatividade no episódio o classificava, assim era possível calcular qual a porcentagem do tempo em que as mulheres passavam em situações desagradáveis, e para esta porcentagem em desagrado os pesquisadores deram o nome de U, este índice U tem como positivo o fato de que é uma medida objetiva de tempo, além de ser um índice que pode ser utilizado para coisas mais objetivas (KAHNEMAN, 2012, p. 490-496).

Segundo Kahneman, os resultados aos quais eles chegaram durante a formulação do índice U trazem implicações tanto para os indivíduos quanto para a sociedade, o uso do tempo é algo muito importante, e tem impacto direto sobre a felicidade, e estudos nacionais combinados de uso do tempo e bem estar experimentado podem determinar as políticas sociais de múltiplas maneiras, a meta das políticas pública deve ser a redução do sofrimento humano. Objetivamente, um índice U mais baixo na sociedade, por isso lidar com a

depressão e a pobreza extrema deve ser a prioridade. O modo mais fácil de aumentar a felicidade é fornecer meios para que as pessoas controlem o uso do tempo e incentivar ao uso mais consciente (KAHNEMAN, 2012, p. 490-496).

No capítulo “Pensando sobre a vida”, o autor, através de estudos randomizados, chega a seguinte constatação: quando perguntados sobre a vida, os indivíduos tendem a dar respostas que não condizem com a realidade. Neste estudo, os pesquisadores estão interessados em saber o que acontece dentro da cabeça das pessoas quando lhe fazem perguntas como: “Até que ponto você está feliz hoje em dia?”; “você está satisfeito com sua vida como um todo?” Essas perguntas tem um alto grau de dificuldade. Esse cálculo exige que se coloque a parte que pensa devagar em uso e se reflita sobre muitos pontos em questão, mas por se tratar de uma pergunta em um questionário a parte que pensa rápido ocupa o lugar da pergunta com uma que parece mais simples e a resposta final é claro estará distorcida e viesada, é como se as perguntas anteriores fossem transferidas para algo mais como: “ Como você se sentiu na ultima semana?”; ou ainda pior “Como você está se sentindo hoje?” (KAHNEMAN, 2012, p. 498-500).

Os questionários sobre a vida também tem uma implicação com o que está sendo abordado antes, quando você pergunta a um indivíduo quantos encontros ele teve na última semana e logo depois lhe questiona qual o grau de felicidade que ele supõe estar experimentando em sua vida, o indivíduo tende a associar a felicidade com os relacionamentos e responder a pergunta segundo como ele acha que está se saindo neste tema. Assim como esse viés também é percebido quando se coloca uma situação anterior a pergunta em que o indivíduo acredita acabar por um momento de sorte, o pesquisador Norbert Schwarz mostra isso no experimento da moeda de dez centavos sobre a máquina, onde metade dos entrevistados encontra uma moeda e suas respostas ficam positivamente enviesadas se comparadas às respostas dos entrevistados que não encontraram, propositalmente, a moeda. Ainda para esses experimentos de respostas relacionadas ao bem estar se consideram a disposição genética do temperamento para o bem estar, tanto relacionadas a satisfação com a vida como relacionadas a felicidade vivenciada, mostrando que isso é herdado geneticamente como altura ou inteligência (KAHNEMAN, 2012, p. 132-134).

Todos os pontos encontrados sobre vieses relacionados a respostas sobre a vida e sobre o bem-estar geral gera um questionamento: será que esta forma de análise é realmente válida?

Para o autor, uma teoria do bem-estar que ignore o que as pessoas querem não pode

se sustentar. Por outro lado, uma teoria que ignore o que de fato acontece na vida das pessoas e se concentre exclusivamente no que elas pensam sobre suas vidas tampouco é defensável(KAHNEMAN, 2012, p. 512).

### 3 MEDINDO A FELICIDADE

Como um conceito tão complexo pode ser medido e ainda servir de base para mensurar o desenvolvimento do país? Além disso, o conceito de felicidade é diferente para cada indivíduo?

No contexto individual, talvez isso faça sentido, mas, pensando de forma holística e nas necessidades da sociedade como um todo, pode-se chegar a princípios norteadores comuns, que propiciam o bem estar e uma ótima qualidade de vida.

Sendo assim, os próximos tópicos tratarão os conceitos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sobre o Índice Felicidade Interna Bruta (FIB).

#### 3.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O IDH foi criado em 1990, pela ONU (Organização das Nações Unidas), e preparado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para ser publicado anualmente no RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano). Nele, foram abarcadas as dimensões longevidade, educação e renda (SANTAGADA, 2007). “Tratava-se de se ater a aspectos de fácil mensuração e que refletiriam a efetiva boa consequência do desenvolvimento na vida das pessoas” (HERCULANO, 2000, p. 15).

Desde então, o IDH vem sendo amplamente utilizado, ainda que de forma crítica, por diferentes países, sendo sua conceituação de desenvolvimento humana constantemente reformulada e ampliada pelo PNUD/ONU. Por meio do IDH é possível comparar estágios de bem-estar e, desse modo, propor melhorias, garantindo os direitos de cidadania, de forma ampla e universal (SANTAGADA, 2007).

Entretanto, ainda que o IDH represente um instrumento que veio para extrapolar as análises econômicas baseadas somente no desempenho econômico (SANTAGADA, 2007), deve-se ter cautela ao analisar esse indicador de forma desconexa com a realidade local, uma vez que as limitações inerentes ao instrumento podem mascarar o que, de fato, acontece. Assim, apesar de muito utilizado, esse indicador possui certa limitação para medir, de forma efetiva, a qualidade de vida, pois, além de não tratar da dimensão ambiental em seu cálculo, ele não mensura outros aspectos que influenciam diretamente na qualidade de vida de uma população, tais como saúde mental, integração social e cultura (HERCULANO, 2000). Para

Hirata (2004) as limitações persistem porque os indicadores permanecem com uma visão unidimensional (utilitária) de bom desenvolvimento.

Outros indicadores, além do IDH, também se destinam a medir o nível de desenvolvimento social de determinada região. O Índice de Liberdade Humana (ILH), por exemplo, foi criado em 1991 pelo PNUD/ONU para que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras convenções internacionais, classificasse os países em relação ao nível de liberdade de sua população. Em 1992, foi criado pelo mesmo programa o Índice de Liberdade Política (ILP), com o intuito de medir os direitos políticos e as liberdades civis por meio do agrupamento das categorias segurança, império das leis, liberdade de expressão, participação política e igualdade de oportunidades. Logo após, em 1995, o PNUD lançou o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Sexo (IDS) e a Medida da Participação Ajustada ao Sexo (MPS), ambos com vistas a medir, por meio de indicadores, as diferenças existentes entre homens e mulheres, servindo como suporte para políticas públicas futuras. Já em 2007, é lançado pelo PNUD o Índice de Pobreza Humana, que tem como foco as condições de pobreza e o desenvolvimento dos indivíduos mais pobres da sociedade (SANTAGADA, 2007).

Percebe-se que a grande variedade de indicadores, sejam eles de natureza econômica ou social, justifica-se pela complexidade de se determinar o desempenho de uma região bem como a qualidade de vida de seus residentes, visto a ampla gama de fatores envolvidos. Encontrar uma forma de reunir, senão todos, o maior número possível desses fatores em um único indicador, representa um grande desafio para pesquisadores e estudiosos do assunto. Nesse cenário, emerge a ideia de Felicidade Interna Bruta, um índice inovador que vem ganhando destaque na literatura econômica como uma nova maneira de se aferir o bem-estar de uma população a partir de sua felicidade.

### 3.2 FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

As discussões sobre o desenvolvimento econômico a partir da primeira metade do século XX têm colocado em xeque os fatores que o promovem e como a população tem sido incluída nesse processo. No auge dessa discussão está o fato de que os aspectos sociais, ambientais e culturais devem ser somados ao crescimento da riqueza para análise do desenvolvimento de uma sociedade.

Nesse contexto, foi elaborado pelo rei Jigme Singya Wangchuck, em 1972, do Reino do Butão, o indicador FIB, cuja ideia é mostrar que o objetivo maior de uma sociedade não

deve concentrar-se no crescimento econômico, mas na integração de todos os aspectos da vida dos indivíduos, o que inclui o material, o psicológico, o cultural e o espiritual (FIB, 2015). Tais fatores determinam a qualidade de vida dos indivíduos e o quanto se sente satisfeitos, influenciando a sua felicidade.

Pensando individualmente, cada pessoa tem sua própria composição genética, que, ao interagir com o ambiente em que vive, determina as suas principais características, seja externa ou pessoal. Dos fatores externos, os principais determinantes da felicidade são: renda, trabalho, comunidade, governo, valores e religião. Dentre as características pessoais, os determinantes importantes incluem saúde mental, saúde física, experiência familiar, educação, sexo e idade. Logo, o indicador da felicidade é formado por nove dimensões.

I. Bem-estar psicológico: Avaliar o grau de satisfação e de otimismo de cada indivíduo em relação à sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções positivas e negativas, e analisam a autoestima, a sensação de competência, o estresse e as atividades espirituais.

II. Saúde: Medir a eficácia das políticas de saúde com critérios como autoavaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercício, sono, nutrição etc.

III. Uso do tempo: uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais etc.

IV. Vitalidade comunitária: Focar nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examinar o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado.

V. Educação: Levar em consideração fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental, entre outros.

VI. Cultura: Avaliar as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, além da discriminação por causa de religião, raça ou gênero.

VII. Meio ambiente: Medir a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo etc.

VIII. Governança: Avaliar como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral e a segurança pública em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos.

IX. Padrão de vida: Avaliar a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações etc.

Ficam evidentes, assim, duas coisas: o índice FIB é um instrumento e um meio para o objetivo maior que é o desenvolvimento; e que o desenvolvimento não pode ser só econômico, mas tem que ser, ao mesmo tempo, social e humano, e deve ser realizado respeitando os limites da natureza e da solidariedade entre as gerações. Por isso falamos em economia do suficiente, em relação à produção material, e economia da abundância em relação à partilha dos bens não materiais – conhecimento, sociabilidade, comunicação, arte como beleza, ética, afeto, amor.

O FIB dá os elementos para a definição de um plano de metas para as diversas atividades econômicas, orientando-as à realização do que são fatores socioeconômicos de um padrão de vida digno para toda a população, portanto, componentes de um índice de Felicidade sempre maior.

Na perspectiva do FIB, indicadores para todos esses níveis de governança precisam ser definidos a fim de identificar o grau de Felicidade ou a carência dela relativos à eficiência e eficácia da governança, desde a esfera institucional e das políticas públicas em cada um dos níveis, até a esfera da vida familiar e pessoal.

O FIB permite identificar quais as carências dos cidadãos em relação ao acesso aos serviços de saúde, à sua qualidade, ao seu caráter social ou privado, assim como ao conhecimento sobre como gerir e preservar a própria saúde, curar as doenças, equilibrar os fluxos energéticos dos nossos corpos. Usado para guiar o planejamento da política pública de saúde, o FIB permite orientar os investimentos para suprir as carências que impedem a saúde de ser fator de Felicidade para a cidadania.

O Butão já tomou medidas estruturais para defender a capacidade de resiliência ecológica dos seus ecossistemas: dados publicados em 2007 informam que 26% do país são áreas protegidas e as florestas ocupam 72% do território. É preciso, porém, que se encontre o justo equilíbrio entre este campo de indicadores e o do padrão de vida, sobretudo no aspecto da soberania e segurança alimentar. Isto mostra que a abordagem do FIB não pode levar-nos a olhar os campos isoladamente, mas também a interação entre eles, sempre na perspectiva da criação das condições mais propícias para a realização da Felicidade individual e coletiva.

O FIB, ao investigar os diversos aspectos da vida familiar e comunitária das pessoas, inclusive idosos e crianças, facilita a formulação de políticas que ajudem a criar ambientes propícios para a vitalidade comunitária, e ofereçam as condições materiais e sociais para a convivência.



#### 4 QUAL O TAMANHO DA FELICIDADE

Após algumas contribuições desta área de investigação relativamente recente, que constitui a economia da felicidade, não se pode deixar de citar algumas sugestões para futuras pesquisas, apontadas por autores que têm se dedicado ao estudo da área.

A revisão bibliográfica no âmbito da felicidade permite constatar que o estudo na área da felicidade tem sido alvo de estudo intenso de diversas áreas científicas. Contudo, existe ainda muito por estudar. O fato de se tratar de uma área recente torna a economia da felicidade especialmente desafiante para novas pesquisas.

“Esta literatura, recentemente conhecida como economia da felicidade (...) encontra-se apenas na sua infância, mas as suas possibilidades e desafios são amplos” (FERRER-I-CARBONELL, 2013, p. 55).

Tem surgido algum estudo dedicado à influência da felicidade no trabalho, tendo-se evidenciado que a produtividade beneficia e o absentismo e a rotatividade diminuem com a felicidade (WARR, 1999). Suspeita-se, porém, que a felicidade poderá igualmente ter influência em decisões econômicas de peso. Deste modo, o consumo poderá ser afetado pela felicidade, sendo que existem indícios para que indivíduos felizes tenham uma relação diferente com o dinheiro, impactando a propensão ao consumo ou à poupança (KAHN & ISEN, 1993). De igual modo, o perfil de investimento, nomeadamente a atitude face ao risco, também poderá ser afetado pela felicidade. Guven (2011) sugere que a felicidade esteja associada com uma maior ponderação antes de uma tomada de decisão e de um controlo mais elevado das despesas, levando pessoas felizes a serem menos propensas ao consumo e de favorecer a poupança ao invés do consumo. Nas suas decisões financeiras, pessoas felizes optam por investimentos de risco mais reduzido.

Ainda no âmbito da economia, Frey e Stutzer (2002), sugerem que se expanda o estudo do impacto da democracia na felicidade, investigando o impacto de outras instituições. Apontam questões como a relevância do corporativismo na construção política, ou o grau de independência das instituições financeiras do Banco Central, como áreas de interesse.

Ainda relativamente aos dados de felicidade, Dolan et al. (2008) referem que a maior parte da pesquisa efetuada se centra na felicidade do indivíduo e sugerem que a investigação se dedique também ao estudo da felicidade do agregado familiar.

No âmbito da medição de utilidade, Ferrer-i-Carbonell (2013) louva os estudos realizados e o elevadíssimo potencial das medidas subjetivas. Adverte, porém, que há a necessidade de desenvolver um estudo teórico que oficialize a ligação entre a felicidade auto reportada, a utilidade, as preferências e o comportamento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as teorias econômicas que abordam sobre a felicidade é possível chegar à conclusão de que a felicidade é um tema que, quanto mais estudado mais complexo se torna. Estudar a felicidade é estudar também seu desenvolvimento, ações, pressupostos, escolhas e racionalidade.

As capacidades, as habilidades e as potencialidades são o que torna a mente humana tão atraente, estamos a gerações tentando entender e enquadrar as ações e pensamentos humanos a categorias, gráficos e teorias. Tentando enquadrar o pensamento em explicações que definam a maioria, expliquem ações e reações a políticas específicas.

Os autores não apenas conseguem revolucionar a economia e as teorias, mas conseguem, cada um à sua própria maneira, explicar o comportamento humano, criar uma teoria sobre a funcionalidade humana, como nos comportamos frente a questões econômicas, como buscamos a felicidade e qual a forma de encontrá-la.

Em se tratando de vários autores diferentes, em várias épocas distintas, não é possível esperar que todas as teorias fossem iguais, não apenas pela época em que escreveram suas obras, mas também as influências as quais foram expostos, pelos trabalhos que os precederam, a influência de um autor sobre o outro, marca uma período de análise e credibilidade, ou um período de distanciamento e criação inovadora, tanto de uma forma quanto de outra, o conhecimento é ampliado, seja pela defesa, ou pela crítica, a história se escreve e as teorias se completam. De fato, na criação científica, muitos teóricos escrevem e posteriormente passam a rejeitar suas teorias, assim como muitos a defendem até o final. O importante é que se crie e se permita um debate sobre elas, e o tempo mostrará sempre quais serão aceitas, perpetuadas e difundidas.

Todos os autores citados neste trabalho fizeram algum tipo de contribuição para o tema felicidade, alguns contribuindo de forma mais completa, outros com pequenas contribuições, mas existem muitos outros que fizeram contribuições. Entretanto, este trabalho não tinha como objetivo principal esgotá-los. Além de autores na área da economia, também se tem muitos autores em outras áreas que se dedicaram a este tema, como sociologia, psicologia, história e etc.

A questão da Felicidade é essencialmente o que define o ser humano, todos estão em busca da felicidade e há muitas formas de alcançá-la, seja através da satisfação de nossos sentidos, seja através da satisfação de nossas necessidades ou ainda através de uma revolução. A felicidade é um objetivo e como objetivo existem formas de buscá-la. Todos somos livres

para buscar nossa felicidade, e a felicidade de cada um pode ser definida através de suas expectativas.

Na área de economia a felicidade ou a busca pela felicidade, muitas vezes se dá de forma mais ampla, não apenas considerando a felicidade individual, mas também a felicidade coletiva. A felicidade coletiva em alguns momentos acarreta para a felicidade individual com certas limitações, no entanto, a felicidade coletiva visa distribuir os meios e as fontes de felicidade, tornando essas fontes alcançáveis a todos.

As realizações humanas com relação à felicidade podem estar ligadas em quem o ser humano se tornou, assim como podem estar ligadas no que ele construiu ou conseguiu, nossa felicidade pode ocorrer no desenvolvimento de nossas habilidades ou no desenvolvimento de nossos bens.

Por fim, a felicidade é essencial.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- ARISTÓTELES. **Eudaemianethics**. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- ARRUDA, M. **As nove dimensões do FIB**. São Paulo: Instituto Visão Futuro Parque
- BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e Legislação**. Tradução de Luiz João Baraúna. Sistema de lógica dedutiva e indutiva. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1989.
- BHUTAN. ROYAL GOVERNMENT OF BHUTAN... **Bhutan 2020: A Vision for Peace, Prosperity and Happiness**. Disponível em:  
<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN005249.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. 6 Edição. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CHIZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.
- DOLAN, P., PEASGOOD, T., & WHITE, M. **Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being**. *Journal of Economic Psychology*, 29, p. 94-122, 2008.
- Ecológico, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 324.
- FERRER-I-CARBONELL, A. **Happiness economics**. *SERIEs*, 4, p. 35-60, 2013
- FREY, B., & STUTZER, A. **Happiness and economics: How the economy and institutions affect human well-being**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- GUVEN, C. **Reversing the question: Does happiness affect consumption and savings behavior?** *Journal of Economic Psychology*, 33, p. 701-717, 2011.
- HERCULANO, S. C. Qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, S.; PORTO, M. F. de S.; FREITAS, C. M. de. (Orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.
- HIRATA, J. **Putting gross national happiness in the service of good development**. *Journal of Bhutan Studies*, 2004. Disponível em:  
[http://himalaya.socanth.cam.ac.uk/collections/journals/jbs/pdf/JBS\\_09\\_04.pdf](http://himalaya.socanth.cam.ac.uk/collections/journals/jbs/pdf/JBS_09_04.pdf)> Acesso em 01 nov. 2018.

- ITO, Alex A. et al. O Índice “Felicidade Interna Bruta” eoambienteuniversitário Brasileiro. **Revista Ciências do Ambiente**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.1-14, jun. 2014.
- KAHN, B., & ISEN, A. **The influenceof positive affectonvarietyseekingamong safe, enjoyableproducts**. *JournalofConsumerResearch*, 22, p. 257-270, 1993.
- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo:EditoraEscala, 2007.
- MCMAHON, D. **Happiness: ahistory**. New York: AtlanticMonthly Press, 2006.
- NASAR, Sylvia. **A imaginação econômica**: gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 1ªedição. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- PASTORE, J. **Riqueza e felicidade**, 2001. Disponível em: <[https://www.josepastore.com.br/artigos/ac/ac\\_092.htm](https://www.josepastore.com.br/artigos/ac/ac_092.htm)>. Acesso em 01 nov. 2018.
- PLATÃO.**Thesymposium**. (W. Hamilton, Trad.) London: PenguinClassics, 1999.
- RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem social e histórica. *PensamentoPlural*, n. 1, p. 113-142, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2018.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, Adam.**A Riqueza das Nações**.São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- TATARKIEWICZ, W. **Analysisofhappiness**. Varsóvia: PolishScientificPublishers, 1976.
- TEIXEIRA, Aloisio. **Utópicos, Heréticos e Malditos**: Os percursos do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Records, 2002.
- WARR, P. **Well-beingandtheworkplace**. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Edits.), *The FoundationsofHedonicPsychology*. New York: Russell Sage Foundation, 1999.